

**A divulgação científica do texto acadêmico – visibilidade e acessibilidade: mapeamento de artigos científicos voltados ao Direito de Família**

***The scientific divulgation of the academic text – visibility and accessibility: mapping of scientific articles aimed at Family Law***

***La divulgación científica del texto académico – visibilidad y accesibilidad: cartografía de artículos científicos enfocado al Derecho de Familia***

Abner da Silva Jaques<sup>1</sup>

Arlinda Cantero Dorsa<sup>2</sup>

Lauane Braz Andrekowisk Volpe Camargo<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS. Assessor na Procuradoria Geral do Estado (PGE PAT/MS). E-mail: abnersjaques90@gmail.

<sup>2</sup> Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local. Editora da Revista Interações. Pesquisadora e Docente do curso de Direito da UCDB. E-mail: acdorsa@ucdb.br

<sup>3</sup> Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Graduada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professora de Direito Civil da graduação e pós-graduação da UCDB. Advogada titular do escritório Volpe Camargo Advogados Associados. E-mail: lauane@volpecamargo.com.br

**Resumo:** Neste artigo, propor-se-á uma breve análise dos resultados de pesquisa desenvolvida na iniciação científica (PIBIC) sobre o mapeamento das publicações de artigos científicos voltados ao âmbito do Direito de Família. Para a consecução deste trabalho, será feita pesquisa exploratória e bibliográfica sobre perspectiva qualitativa e quantitativa a partir do Portal da CAPES/MEC, em periódicos publicados no período de 2012-2015, levando em consideração: título, revista de publicação, local de publicação, Qualis da revista e ano de publicação. Este trabalho objetiva a visibilidade e divulgação científica, facilitando o acesso, pesquisa e aprofundamento em Direito de Família. O resultado da pesquisa encontrou em análise quanti-qualitativa setenta publicações em caráter nacional, indicando a região onde predominam, de modo que possibilitou concluir que o tema predominante em estudo, durante o período de análise, direciona-se àqueles relacionados à homoafetividade.

**Palavras-chave:** artigos científicos; divulgação e acessibilidade científica; Direito de Família; mapeamento.

**Abstract:** In this article we will propose a brief analysis of research results developed in scientific initiation (PIBIC) on the mapping of publications of scientific articles focused on the scope of Family Law. For the accomplishment of this work will be made exploratory research and bibliographical information on qualitative/quantitative perspectives from the CAPES/MEC Portal, in periodicals published in the period 2012-2015, taking into consideration: title, journal of publication, place of publication, *Qualis* of the magazine and year of publication. This work aims at the visibility and scientific dissemination, facilitating the access, research and deepening in Family Law. The result of the research found in quantitative analysis seventy publications in national character, indicating the region where they predominate, so that it was possible to conclude that the predominant theme under study, during the period of analysis, is directed to those related to homoafetividade.

**Keywords:** scientific articles; scientific dissemination and accessibility; Family Law; mapping.

**Resumen:** En este artículo se propondrá un breve análisis de los resultados de búsqueda desarrollada en iniciación científica (PIBIC) sobre la cartografía de las publicaciones de artículos científicos enfocada en el alcance al Derecho de Familia. Para el logro de este trabajo será hecha búsqueda exploratoria y bibliográfica sobre el punto de vista cualitativo y cuantitativo desde el Portal de la CAPES/MEC, en periódicos publicados en el período de 2012-2015, llevando en consideración: título, revista de publicación, lugar de publicación, *Qualis* de la revista y año de publicación. Este trabajo tiene como objetivo la visibilidad y la divulgación científica, facilitando el acceso, búsqueda e profundización en Derecho de Familia. El resultado de la búsqueda encontró en análisis cuantitativa/cualitativa setenta publicaciones en carácter nacional, indicando la región donde prevalece, de modo que permitió concluir que el tema predominante en estudio, durante el período de análisis, dirige a los relacionados con homoafetividad.

**Palabras clave:** los artículos científicos; divulgación y accesibilidad científica; Derecho de Familia; cartografía.

## **1 INTRODUÇÃO**

Ao se trabalhar o texto acadêmico na universidade, é importante que se tenha uma concepção de linguagem a serviço da comunicação e, também, como mediador nas práticas e relações sociais, pois a mediação humana existe somente por meio da palavra e toda a articulação de significados culturais e sociais.

Para a projeção de pesquisa científica e divulgação de resultados, é necessário perceber a importância para o meio jurídico, levando em consideração que a disseminação de ideias parte desde a propositura de pesquisa até sua conclusão, passando a integrar conhecimentos científicos.

Nesse sentido, o tópico 2 do presente trabalho demonstra a importância da pesquisa científica e de sua divulgação ao meio interessado no âmbito do direito de família, buscando compreender sua importância na forma de revolucionar o meio educacional através do informacional.

O tópico 3 da pesquisa apresenta em síntese sobre a área objeto de pesquisa e sua justificativa para o mapeamento, incentivando o aprofundamento nesse ramo do direito e indicando a sistemática arguida para a consecução do trabalho, utilizando de pesquisa exploratória e bibliográfica com enfoque qualitativo e quantitativo.

Ademais, o tópico 4, demonstra os resultados da pesquisa sob perspectiva quantitativa com análises regionais, utilizando-se, como sistemática para mapeamento, ano e local de publicação, Qualis da revista analisada, título da publicação e temática abordada.

Por fim, o item 5 representa a análise da pesquisa qualitativa, demonstrando os temas prevalentes no mapeamento e dissertando brevemente acerca da justificativa da importância de suas discussões no meio jurídico, com fundamentação extraída dos próprios trabalhos mapeados.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: DIVULGAÇÃO E VISIBILIDADE**

A divulgação em ciências, a cultura e a alfabetização científica têm a sociedade como referente. Nesse contexto, o conceito de divulgação científica percebe-se “na tentativa de tradução, na primazia de que divulgar a ciência é,

ao mesmo tempo, traduzi-la para uma sociedade que a ignora sem ao menos se dar conta da sua importância” (STRACK; LOGUÉRCIO; DEL PINO, 2009).

Ainda, em relação à importância da função social de um pesquisador, Maria das Graças Targino (2001, p. 23) brilhantemente pontua que:

[...] a função social do pesquisador em qualquer área é compartilhar conhecimentos científicos com toda a sociedade. Para tanto, deve utilizar-se de informação formal, semiformal, formal e eletrônico através de diversos veículos diversificados como apresentações orais, relatórios, artigos, trabalhos em anais e matérias jornalísticas, adaptando-as a cada público.

Dessa forma, valendo-se dos atributos das novas tecnologias e dos avanços informacionais, imperioso destacar que, nos dizeres de Castells (1999), o compartilhamento e acesso ao conhecimento “teve um de seus mais importantes marcos históricos no século XV, quando Johannes Gutenberg revolucionou a forma de compartilhar conhecimento, reinventando a imprensa”. Sua propositura na maneira de levar conhecimento alterou paradigmas pelo mundo em todas as perspectivas de conhecimento: política, social, econômica, educacional, religiosos e cultural.

Em favor da comunicação e do aperfeiçoamento cultural em relação à impressão de conhecimento, Castells (1999, p. 414) ressalta:

Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo da nossa cultura. Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo.

Nessa esteira, em relação à pesquisa científica através do uso da Internet, Candotti (2002, s.p.) leciona:

[...] é uma dimensão ética a ser considerada na divulgação científica que, é a circulação das ideias e dos resultados de pesquisas sendo fundamental avaliar seu impacto social e cultural, como também para recuperar, o livre debate e confronto de idéias, os vínculos e valores culturais que a descoberta do novo que, muitas vezes, rompe ou fere. Nesse contexto, a divulgação não é apenas página de literatura, na qual as imagens encontram as palavras, mas exercício de reflexão sobre os impactos sociais e culturais de nossas descobertas.

De toda e qualquer sorte, ao se abordar a questão da divulgação e visibilidade científica, de acordo com a concepção de Almeida e Guimarães (2013, p. 18), é “mister compreender-se a importância da comunicação científica como a forma de disseminação de dados, de novas descobertas, a interação da comunidade científica e a legitimação pelos pares”.

A divulgação e visibilidade científica, nesse contexto, objetiva uma análise criteriosa como forma de estudo que será transmitido a terceiro, focando a linha de pesquisa que este deverá analisar, o meio ao qual será transmitido e linguagem utilizada para obter sua compreensão, resultando, portanto, em um meio científico que simplifica o trabalho de pesquisa.

Nesse raciocínio, Valério e Bazzo (2006, p. 23) afirmam a importância da divulgação e comunicação científica como meio educacional:

Nessa nova perspectiva, a divulgação da ciência e da tecnologia surge como importante ferramenta educativa. Inserida no âmbito social através de uma ampla gama de meios de comunicação, faculta a si própria a possibilidade de atingir os mais diversos públicos, além da capacidade de fomentar neste público a devida reflexão sobre os impactos sociais da C&T. Desta feita, a divulgação se coloca no contexto da educação científica e tecnológica, e alia-se ao ensino formal na construção de uma sociedade alfabetizada científica e tecnologicamente, capaz de refletir criticamente e atuar a respeito dos assuntos de C&T em seu contexto.

A partir da produção científica, a comunicação deve ser concretizada por meios de canais de comunicação a partir das redes sociais disponíveis virtualmente que divulguem os resultados de pesquisas desenvolvidas em universidades, institutos de pesquisas, laboratórios etc. nos veículos e que possam atingir a comunidade de pesquisadores.

Assim, quanto à temática constante em pesquisa (Direito de família), importante consignar que se trata de área em constante crescimento. Devido a isto, a divulgação científica para essa área é de suma importância para impactar o público leitor. Para tal cumprimento, é necessário que se use de todos os meios de divulgação e incentivo para disseminar conhecimento à academia.

No tocante ao direito de família, é preciso sistematizar os princípios, visando à facilitação didática do tema. Essa sistematização serve também

para demonstrar a mudança de paradigmas pela qual passou esse ramo do direito civil, o estado da arte da matéria.

Dessa forma, importante enfatizar que toda a produção acadêmica e científica servirá como instrumento de uso social, mostrando empenho da instituição em favor não só dos discentes, docentes, mas de todo público interessado e em benefício da sociedade.

### **3 O DIREITO DE FAMÍLIA E A SUA UTILIZAÇÃO COMO FONTE DE PESQUISA ACADÊMICA**

Inicialmente, a reflexão que se faz é sobre aquilo que seria o direito. O que é o Direito? Nas palavras de Miguel Reale (2005, p. 67), “o Direito é a concretização da ideia de justiça na pluridiversidade de seu dever-ser histórico, tendo a pessoa como fonte de todos os valores”.

Ainda, quanto à conceituação, completa Oliveira (1998) ao afirmar que o direito como ciência, valoriza, qualifica, atribui consequências a um comportamento. Não em função de critérios filosóficos, religiosos ou subjetivos, mas em função da utilidade social. Para o direito, a conduta é o momento de uma relação entre pessoas, e não o momento da relação entre pessoas e divindade e entre pessoa e sua consciência, ou seja, o direito não se limita apenas na verificação simples dos atos ou dos acontecimentos, muito pelo contrário, eles são analisados pelas consequências que produzem. Portanto o direito como ciência se preocupa, antes e principalmente, com a ordem e a segurança da sociedade.

A instituição família, objeto da área do Direito de Família, é uma realidade sociológica que constitui a base do Estado; o núcleo que repousa toda a organização social. Em *lato sensu*, “o vocábulo família abrange todas as pessoas ligadas por vínculo de sangue e que procedem, portanto, de um tronco ancestral comum, bem como as unidas pela afinidade e pela adoção” (GONÇALVES, 2015).

Ainda, completa o autor ensinando que “este primeiro sentido é, em princípio, ‘o único verdadeiramente jurídico’, em que a família deve ser entendida: tem o valor de um grupo étnico, intermediário entre o indivíduo e o Estado” (GONÇALVES, 2015).

Essa temática foi adotada para a presente pesquisa, pois conforme as palavras de Barros:

[...] este que tem sido apelidado de “o mais humano dos direitos”, porque lida com as mais íntimas relações humanas, nas quais flagra de modo ímpar as grandezas e as pequenezas do ser humano. Tanto é verdadeira essa intimidade sem par, que na linguagem comum “familiar” também significa o que é íntimo a um ser humano, como quando se diz, por exemplo, que “tal assunto é familiar a tal orador”. Há, pois, uma assimilação entre o ser familiar e o ser humano, por força da qual se diz familiar tudo o que é próprio ou íntimo de uma pessoa humana. No entanto, apesar dessa familiaridade, muito pouco se tem tratado de correlacionar o direito de família com os direitos humanos. (BARROS, 2003, s.p.).

No tocante aos direitos humanos, a reflexão que se perpetua é em relação ao considerado direito supra fundamental: o direito à vida. Isto porque, ao se refletir no direito à vida, vislumbra-se que não há como se pensar em constituir uma vida (objeto desse direito) sem, no entanto pensar em família.

É fato incontroverso que um está diretamente ligado ao outro. Num polo, encontra-se o direito à vida, noutro, situa-se a família, já que esta caracteriza a expectativa e, posteriormente, o direito daquela.

Como ensinamento, Barros (2003, s.p.), destaca ainda outros direitos fundamentais inerentes ao direito de família: vejamos:

A liberdade, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade, a segurança, o trabalho, a saúde, a educação e, enfim, a própria felicidade humana e tantos outros valores que são objeto de direitos humanos fundamentais e operacionais, todos eles se ligam ao direito à família e se realizam mais efetivamente no lar. No entanto, o lar sem o afeto desmorona. Por isso, o direito ao afeto constitui o primeiro dos direitos humanos operacionais da família, seguido pelo direito ao lar, cuja essência é o afeto. O lar sem o afeto é uma mentira de lar. Mas, assegurado pelo afeto, o lar é o recinto basilar da família, que a congrega. Para ele a família converge. Nele a família convive. Daí, que nos seus vários aspectos – o físico, o social, o econômico e o psíquico – o direito ao lar se associa aos demais direitos humanos operacionais da família, os quais se escalonam em diversos graus de fundamentalidade.

Escorado em reflexões como essas que a pesquisa se justifica. É valendo-se dos resultados que se alcança a visibilidade e divulgação científica, tendo como escopo o acesso e o aprofundamento dessa área de conhecimento que se torna válida para todos os membros da comunidade jurídica interessados em pesquisar no âmbito do Direito de Família.

Elegeu-se, assim, a seara do Direito de família para discussão, eis que contemporaneamente, conforme salienta Dias (2015), é necessária uma visão pluralista das possibilidades de constituição familiar, justamente em virtude do enlace de afetividade como instrumento de uma repersonalização das bases sociais, priorizando o interesse da pessoa humana. No mesmo sentido, leciona Lôbo (2009, p. 11-2), ao aduzir que:

A família, ao converter-se em espaço de realização de afetividade humana, marca o deslocamento da função econômica-política-religiosa-procracional para essa nova função. Essas linhas de tendência enquadram-se no fenômeno jurídico social denominado repersonalização das relações civil, que valoriza o interesse da pessoa humana mais do que suas relações patrimoniais. É a recusa da coisificação ou reificação da pessoa, para ressaltar sua dignidade. A família é o espaço por excelência da repersonalização do direito.

A repersonalização que menciona o Autor é no sentido de que os cidadãos, em virtude na alteração das bases familiares, não só observem essas mudanças, mas também respeitem essa imensa gama de espécies de família.

Dias (apud GRIMM, 2009), há muito tempo, vem destacando as discussões acerca das espécies de família insurgentes de uma perspectiva de constituição familiar de afetividade. Assim, em seu estudo, destaca diversas formas de relações familiares, tais como:

a) matrimonial (que decorre do casamento); b) informal (relação extramatrimonial/união estável); c) homoafetiva (união estável homossexual); d) monoparental (formada por um dos genitores e seus filhos); e) anaparental (convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito); f) pluriparental (família reconstruída por casais em que um ou ambos são egressos de casamentos ou uniões anteriores); g) paralela (concubinato: relação não eventual entre o homem e a mulher impedidos de se casar); e, h) eudemonista (família que busca



a felicidade individual na convivência familiar). (DIAS apud GRIMM, 2009, p. 17)

Essas espécies de família evidenciam uma discussão ampla acerca das temáticas voltadas ao direito de família, principalmente em relação à tutela jurisdicional e aplicação dos direitos decorrentes dessas novas espécies de relações familiares, como, por exemplo, a discussão sobre as famílias homoafetivas e o instituto da guarda compartilhada.

Dessa forma, visando identificar as discussões existentes no campo jurídico acerca do direito de família, propõe-se, com o presente trabalho, um mapeamento de artigos científicos publicados em revistas científicas, levando em consideração à temática, ano de publicação e Qualis das revistas.

Justifica-se a pesquisa, assim, porquanto o direito não exclui a necessidade de produção ou divulgação científica, já que provocar o interesse à pesquisa científica no mister do Direito é sinônimo de promoção à evolução linear da sociedade, onde, de forma direta, se estabelece melhor convivência em comunidade.

Assim, para a promoção da pesquisa, buscou-se valer do portal de periódicos da CAPES/MEC como fonte de análise, haja vista que, como bem destaca Almeida e Guimarães (2013, p. 77):

É uma biblioteca virtual com 15 anos de atuação, que objetiva subsidiar o acesso ao conhecimento científico, constituindo-se hoje em um dos maiores acervos mundiais. É reconhecido como o principal mecanismo para o apoio bibliográfico às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) brasileiro. [...] A coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior possui como uma de suas responsabilidades a análise e classificação dos periódicos em face da sua qualidade, o qual é feito através do sistema QUALIS.

Para efetivação da pesquisa, importante destacar a sistemática utilizada: a) foi escolhido o portal de pesquisa utilizado – portal de periódicos da CAPES/MEC, destacando os estratos A1, A2, B1 e B2; b) indicaram-se, como filtro de pesquisa, os artigos científicos publicados em língua portuguesa; c) valendo-se como tema de pesquisa a área do Direito de Família; d) identificaram-se os artigos publicados nos anos de 2012, 2013, 2014 e 15 e; e) destacou-se título, ano de publicação, revista científica, local de publicação e Qualis de cada artigo analisado.

#### 4 DO MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES ANALISADAS: PERCEPÇÕES COLHIDAS EM ANÁLISE QUANTITATIVA

A produção científica, quando bem investida, pode trazer inúmeros benefícios à classe pesquisadora. Por isso, ela é vista, muitas vezes, como uma solução a problemáticas arguidas. Dessa forma, para sua divulgação, é necessário que o pesquisador aja com interesse e responsabilidade durante a pesquisa.

Durante a promoção da pesquisa, foram levadas em consideração tão somente aquelas publicações constantes em revistas científicas voltadas ao âmbito jurídico. Todavia o que se percebe, em primeiro plano, é que as pesquisas e publicações científicas no âmbito do direito familiar ainda são escassas.

Após a consecução do mapeamento e ampla análise dos resultados, o primeiro ponto que se expõe é referente aos anos das publicações, tendo em vista que, nos anos de 2012 e 2013, constatou-se o número de 19 publicações em cada ano. Vejamos o gráfico:



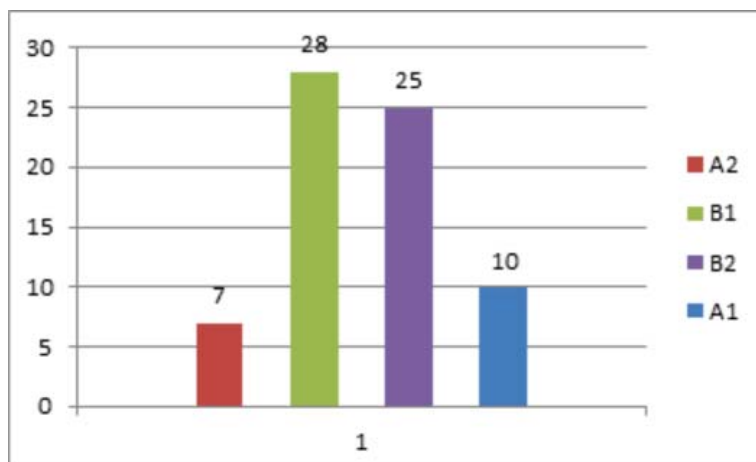
**Gráfico 1** – Artigos publicados durante os anos de pesquisa

Fonte: Dados de pesquisa.

Percebe-se da análise do gráfico acima que, durante todo o mapeamento, foram encontrados, levando em consideração os Qualis A1, A2, B1 e B2, o número de setenta publicações, sendo os períodos de 2012 e 2013,

os que mais tiveram publicações de artigos científicos relacionados à área do direito de família.

Ainda, importante esmiuçar informações e vislumbrar o número de publicações pertencentes a cada Qualis analisado em pesquisa. Vejamos o gráfico 2:



**Gráfico 2** – Aspecto quanti-qualitativo do mapeamento

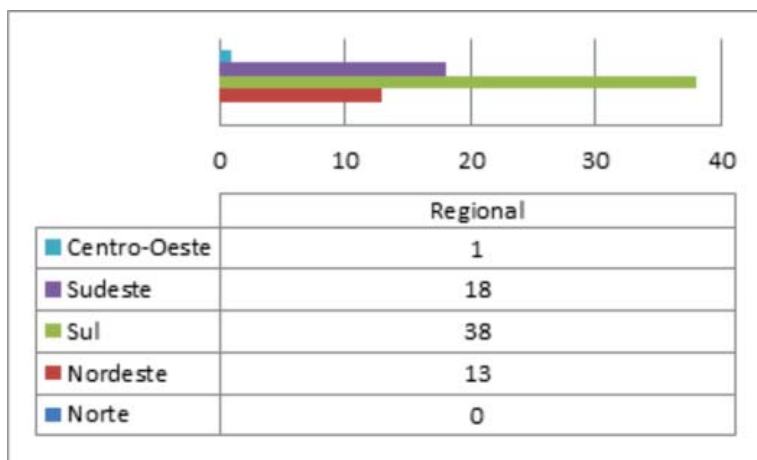
Fonte: Dados de pesquisa.

Depreende-se da análise do gráfico 2 que o estrato predominante em relação às publicações científicas no período de pesquisa é o de B1, totalizando o número de 28 artigos científicos. Sendo eles quatro pertencentes à “Revista Direito, Estado e Sociedade”, publicados no Estado de Rio de Janeiro; cinco pertencentes à Revista “Nomos”, publicados no Estado de Ceará; oito encontrados na Revista “Pensar”, também do Estado de Ceará. Ainda, uma publicação localizada na “Revista da Faculdade de Direito da UFG”, do Estado de Goiás; Um artigo científico percebido da “Revista da Faculdade de Direito da UFPR”, do Estado de Paraná; um artigo mapeado na “Revista Direito e Práxis”, do Estado de Rio de Janeiro.

Ademais, quatro artigos publicados na “Revista Direitos Fundamentais & Democracia”, do Estado do Paraná; duas publicações na “Revista Espaço Jurídicas”, do Estado de Santa Catarina; e, por fim, uma publicação mapeada na revista “Scientia Iuris”, do Estado de Paraná.

Por fim, quanto à análise desse gráfico, o que se considerou em relação aos estratos B1, é que sua maioria encontrou-se na região nordeste.

Prosseguindo, para melhor análise do mapeamento feito ao nível nacional das publicações referentes ao Direito de Família, foi considerada também análise regional das publicações, bem como, de seus estratos de Qualis. Veja-se:

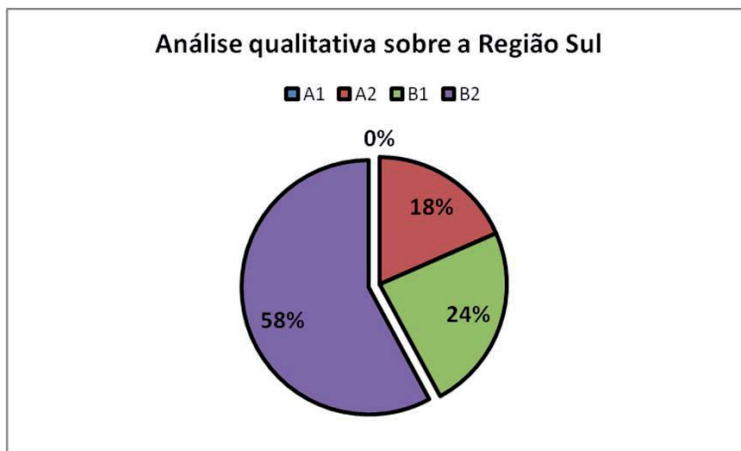


**Gráfico 3** – Análise regional

Fonte: Dados de pesquisa.

O que se tem é que a região com maior número de publicação de artigos científicos é a Região Sul. Esta abrange as unidades federativas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tratando-se de um grande polo econômico, educacional e turístico. E, ainda, possui vários índices sociais acima da média brasileira.

O mapeamento dos artigos científicos da região sul demonstra com veemência a sua importância na produção jurídica, visto que, no âmbito do Direito de Família, a região sul se encontra com o maior número de artigos mapeados (38 artigos no total). A apresentação em gráfico a seguir comprova essa conclusão:



**Gráfico 4** – Análise de Qualis sobre a região Sul

Fonte: Dados de pesquisa.

O que restou comprovado após análise do gráfico 4, é que a região sul não possui nenhuma publicação com Qualis A1. Todavia possui sete publicações (18%) com estrato A2, nove publicações (24%) classificados como B1 e vinte e duas publicações (58%) sob análise de estrato B2.

Nesse aspecto, cumpre registrar que as universidades do Sul são algumas das mais tradicionais do país, sendo, como exemplo, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil.

Assim sendo, as revistas pertencentes a essas instituições de ensino, possuem algumas das melhores qualificações segundo o índice Qualis. Destacam-se: a) “Revista de Estudos Criminais” da PUC-RS<sup>1</sup>, que possui qualificação A2; b) “Revista da Faculdade de Direito” da UFPR<sup>2</sup>, interdisciplinar, que possui a qualificação B1.

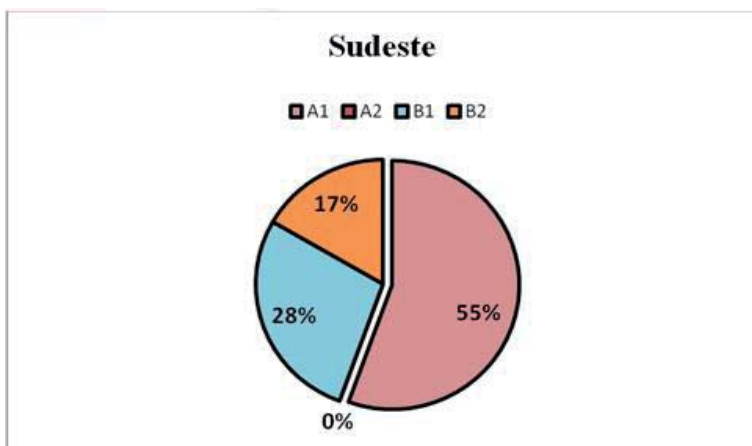
Ademais, dos resultados empreendidos em relação à região sudeste, há de se ver sua importância no âmbito brasileiro não só no tocante aos quesitos logísticos, tecnológicos, populacionais, turísticos e/ou educacional, mas também percebe-se a qualidade no âmbito da pesquisa e publicação científica, fazendo dessa região um acervo bibliográfico.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/fdppg/ppgcc/ppgccrevista>>.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito>>.

O mapeamento realizado nessa região encontrou um total de 18 publicações com as diversas temáticas do Direito de Família, o que coloca essa região em segundo lugar sob aspecto quantitativo de publicações.

Ainda, vale ressaltar que a única revista jurídica brasileira com Qualis A1, avaliada pelo QUALIS/MEC, é a “Revista de Direito de GV”, da Faculdade Getúlio Vargas, que, conforme mapeamento, durante o período de 2012 a 2015, publicou 10 artigos científicos com as temáticas do Direito de Família, conforme se observa do gráfico abaixo:



**Gráfico 5** – Análise de qualis sobre a região Sudeste

Fontes: Dados de pesquisa.

Conforme se constata do gráfico acima, percebe-se que, na região sudeste, não há, no âmbito do direito de família, publicações com estrato A2. Assim, em relação às publicações referentes ao Qualis B1, temos que foram encontradas cinco publicações (28%), sendo todas elas referentes ao Estado do Rio de Janeiro; uma delas, publicada na “Revista Direito e Práxis”, e as demais, na “Revista Direito, Estado e Sociedade”.

Foram mapeadas três publicações pertencentes ao Qualis B2, sendo todas elas publicadas no Estado de Minas Gerais, na “Revista da Faculdade de Direito da UFMG”.

O grande destaque nessa região, numa perspectiva educacional, é que ela compreende algumas das melhores faculdades de Direitos do país,

sendo elas: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), entre outras universidades.

Assim, o que se tem é que merece destaque a revista “Direito GV”<sup>3</sup> da FGV, que é considerada, segundo o Qualis 2013, a única Revista Jurídica a obter a pontuação máxima, quer seja o de 100 pontos.

Quanto à região Nordeste do país, temos os entes federativos de Alagoas, Estado do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Piauí. Em que pese ao fato de essa região possuir baixo índice de desenvolvimento urbano e qualidade de vida, de se ver que atua como expoente bibliográfico, nessa região, foram encontrados 13 artigos científicos com temáticas do Direito de Família, publicados no período de 2012-2015, todas com qualificação B1, segundo Capes-Qualis de 2013.

Assim, todas as publicações encontradas foram publicadas no Estado do Ceará, através das Revistas Jurídicas “NOMOS” e “Pensar - Revista de Ciências Jurídicas”.

Prosseguindo em análise, a região norte do país, composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Tocantins, Pará, Amapá e Roraima, não vislumbrou nenhuma publicação científica sob análise dos estratos A1, A2, B1 e B2, voltadas à temática do Direito de Família durante o período de pesquisa.

Quanto a essa região, o que se conclui é que, infelizmente, a notoriedade jurídica se encontra prejudicada, tendo em vista que a falta de produção de trabalho voltada à temática, objeto da presente pesquisa, dispersa os olhares de pesquisadores e especialistas locais.

Por fim, a última região a ser analisada foi a do Centro-Oeste, composta pelos estados de Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde foi encontrada em mapeamento científico apenas uma publicação, sendo o artigo intitulado “Propriedade familiar – evolução conceitual e o

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>>.

reconhecimento formal de uma nova categoria rural”, publicada através da “Revista da Faculdade de Direito da UFG”, com Qualis B1, no Estado de Goiás.

## **5 DO MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES ANALISADAS: PERCEPÇÕES COLHIDAS EM ANÁLISE QUALITATIVA**

A última análise constante em mapeamento foi aquela que busca identificar as principais discussões visualizadas em sede do direito de família.

Nesse sentido, destacam-se principalmente as discussões propostas por meio da publicação de artigos científicos pela “Revista de Direito de GV”, da Faculdade Getúlio Vargas, que, durante o período eleito para mapeamento, publicou 10 artigos científicos com extrato de Qualis A1, sendo eles, assim:

<b>ARTIGO</b>	<b>ANO</b>
Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência	2013
ADI n. 4.277 – constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família	2013
Notas sobre os limites ao exercício do direito de correção paternal no Antigo Regime	2013
A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão	2015
Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha	2015
Subjugadas pela família: mulheres no estado desenvolvimentista colombiano entre 1966 e 1990	2015
Desafios na implementação da Lei Maria da Penha	2015
Argumentação jurídica utilizada pelos tribunais brasileiros ao tratar das uniões homoafetivas	2014
A temática das uniões homoafetivas no Supremo Tribunal Federal à luz do debate Honneth-Fraser	2012
Regulação da investigação de paternidade biológica: perspectiva comparada	2012

Dos artigos acima descritos, extrai-se que neles constam publicações acerca de duas das discussões prevalentes no mapeamento: a guarda compartilhada e as questões relacionadas à homoafetividade, que serão devidamente tratadas por meio de uma proposição sucinta da discussão.



Dessa forma, sob uma perspectiva quanti-qualitativa das discussões, cumpre registrar que se constataram 19 artigos sob a temática voltada à homoafetividade, 14 artigos sobre discussões acerca da guarda compartilhada, nove publicações que versaram sobre a autoridade parental, oito relacionadas à lei Maria da Penha, quatro sobre divórcios, quatro sobre o princípio do melhor interesse do adolescente, dois sobre o direito à moradia, entre outros.

### **5.1 Das temáticas voltadas à discussão acerca da homoafetividade**

Em relação ao tema prevalente em discussão (homoafetividade), insta salientar que este se dá ao fato de que, anteriormente, a instituição família era um conceito voltado tão somente a uma interpretação normativa-gramatical-constitucional, o que não permitia a união homossexual fundamentada sob a ótica de constituição familiar por afinidade. Assim, a busca pela união entre pessoas do mesmo gênero sexual tem resultado em lutas por reconhecimento, proteção e tutela estatal referente aos direitos e obrigações inerentes às entidades familiares.

Valendo-se dos ensinamentos do pesquisador Mauricio Zandoná (2012), é importante ver que:

[...] a realidade social, dada a transformação comportamental dos indivíduos, aceita ou, no mínimo, reconhece a existência de tais relacionamentos, tidos não mais como esporádicos, aleatórios, repugnados e discriminados, mas, agora, como relacionamentos corriqueiros, constantes, recepcionados e indiscriminados pela sociedade em geral.

Tanto é verdade que as próprias correntes doutrinárias que divergem sobre o reconhecimento jurídico dessas uniões reconhecem e aceitam sua existência e valor social. Neste sentido, completa Leonardo Barreto Moreira Alves (2006):

A família deixou de ser um instituto fechado e individualista para ser definida modernamente como uma comunidade de afeto e entreajudada, local propício à realização da dignidade da pessoa humana e, por isso mesmo, caracterizada como um ente voltado para o próprio homem, plural como ele mesmo é, democrática, aberta, multifacetária, não discriminatória, natural e verdadeira.

Assim sendo, observando os princípios e garantias constitucionais deste Estado Federativo, temos que a família, em nova perspectiva, deixa de ter aquele caráter positivista e meramente patrimonial e aproxima-se a valores voltados à solidariedade, afinidade, dignidade, indo a favor de interesses genuinamente humanos e dignos.

Tudo isso acontece porque o legislador, ao reconhecer o instituto da União Instável, abre precedentes para que se possa afirmar que, de fato, essa modalidade de constituição familiar está amparada pelo vínculo de afinidade. Nessa toada, temos então que a afinidade, sob o princípio da dignidade humana, teve investido poder para constituir família.

De toda e qualquer sorte, pode-se afirmar, então, que a instituição família pode (e deve) ser percebida como pessoas com interesses sinalagmáticos, voltados ao interesse social, sustentados por princípios constitucionais, sendo elas de sexo iguais ou distintos, devendo sua união ser admitida em âmbito legal e social.

Nesse ponto, imperioso ressaltar o posicionamento doutrinário de Maria Berenice Dias (2002), sobre a necessidade de observar o vínculo por afinidade quando afirma que:

A família não se restringe ao relacionamento com o selo da oficialidade, pois o Judiciário, ao emprestar juridicidade ao que era chamado de concubinato, impôs ao constituinte o alargamento do conceito de entidade familiar. Imperativo reconhecer que é a presença do vínculo afetivo a pedra de toque para a identificação de um elo de natureza familiar.

Por fim, demonstrada a temática principal encontrada em mapeamento, cumpre registrar que o direito de família deve se manter como um instituto voltado à promoção da dignidade da pessoa humana, tutelando e ofertando garantias e direitos às novas modalidades de constituição familiar que, no caso em análise, é o reconhecimento da união homoafetiva, sustentado através da afetividade e solidariedade social.

## **5.2 Da temática sobre a autoridade parental e guarda compartilhada**

Como alhures já informado, as temáticas relacionadas à guarda compartilhada e autoridade parental representaram, respectivamente,

a segunda e terceira discussão mais proposta em sede do mapeamento realizado. Essas temáticas, embora visualizadas em contextos separados, relacionam-se intrinsecamente no âmbito do direito de família.

Gonçalves (2015, p. 372) leciona que a autoridade parental remete-se ao “conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, no tocante à pessoa a aos bens dos filhos menores”, de modo que serve, assim, para que os pais “possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõe, tendo em vista o interesse e proteção do filho” (DINIZ, 2009, p. 571).

Os assuntos ora vislumbrados relacionam, porquanto, conforme bem destaca Coelho (2006, p. 187), a titularidade do poder familiar “deriva da filiação, e não do vínculo biológico”, razão pela qual a autoridade parental, deve, portanto, ser exercida em decorrência da filiação legal e da socioafetiva, permanecendo incólume seu dever mesmo fora dos limites do casamento.

Não é de se olvidar, contudo, que o amplo exercício da autoridade parental fora dos limites do casamento signifique, por consequência, sinônimo da guarda compartilhada, posto que a guarda se trata de um dos deveres que possuem os pais em relação aos seus filhos, sendo que a regra é que seja exercida de forma unilateral.

Sem qualquer pretensão de se impor algo como absoluto, mas apenas como a intenção de compreender os rumos das temáticas ora analisadas, cumpre registrar que, nos artigos analisados, as discussões acerca dessas temáticas caminharam principalmente no sentido de analisar o exercício da autoridade parental quando do dever de guarda for compartilhado entre os pais, enfatizando, principalmente, essas questões à luz do princípio do melhor interesse da criança.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho versou sobre resultados de pesquisa científica voltados ao mapeamento de artigos pertencentes ao âmbito do Direito de Família, valendo-se da Internet e suas fontes de pesquisa para consecução de trabalho, haja vista, atualmente, tratar-se do maior meio veicular de informações e de produção de conhecimento.

Dito isso, na análise promovida, percebe-se a ausência de pesquisa e publicação de artigos científicos sob a perspectiva de análise de Qualis A1,

A2, B1 e B2, que, atualmente, são os extratos com maiores pontuações e de referência de em publicação.

A ausência de publicações pertencentes a esses estratos tem seu reflexo diretamente na importância fundamental do corpo docente. Pois é esse que promove o investimento na pesquisa científica através de projetos de iniciação científica, a fim de compartilhar o conhecimento perito sobre sua área de atuação, bem como lecionar distante às paredes da universidade, incentivando que o pesquisador, ora orientando, busque conhecimento de campo.

Em que pese ao sucesso na pesquisa, salutar ponderar que, no ramo analisado, ainda há a baixa procura para a promoção da pesquisa científica, prejudicando, conseqüentemente, aqueles interessados em subscrever sobre o direito de família.

Isso porque, atualmente, a maior parte de estudo e de pesquisa não é feita mais através da biblioteca material, e sim de acervos digitais disponibilizados em redes. Ora, a falta de publicação científica sobre o ramo do direito de família afeta, conseqüentemente, na divulgação e acessibilidade sobre o tema.

Em razão do pesquisado, conclui-se que solução empregada para a problemática arguida repousa no incentivo à iniciação científica no âmbito da universidade, através do auxílio de professores pesquisadores na consecução da produção científica, o que demonstra a necessidade de o corpo docente investir na produção, divulgação e visibilidade científica, resultando não só no aumento considerável de pesquisas científicas, mas também no auxílio ao compartilhamento de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C. E.; GUIMARÃES, J. A. *A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1225, 8 nov. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9138>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

BARROS, Sérgio Resende. *Direitos Humanos e Direitos de Família*. Rio Grande do Sul, 29 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.srbarros.com.br/pt/direitos-humanos-e-direito-de-familia.cont>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

CANDOTTI, Ennio. Ciência na educação popular. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Org.). *Ciência e público – caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002. (Série Terra Incógnita).

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 5.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). QUALIS: *Documento de Área 2013: Direito*. Brasília: CAPES, 2013. P. 22-26. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/documentosDeArea.seam;jsessionid=A72E3635D38FA109C58EA80CFD71716B.qualismodcluster-node-101?conversationPropagation=begin>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

DIAS, Maria Berenice. A discriminação sob a ótica do direito. *Revista Brasileira de Direito de Família*, Porto Alegre, RS, v. 4, n. 13, p. 9, 2002.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 5.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (Direito de família e direito das sucessões, v. 6).

GRIMM, Patrícia Nathália. *A guarda compartilhada no direito brasileiro: uma nova possibilidade familiar*. 2009. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, 2009. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/447/1/PatriciaGrimm.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LÔBO, Paulo. *Famílias*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Alcântara de. Direito como Ciência. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, PI, ano 3, n. 26, set. 1998. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

REALE, Miguel. *Lições preliminares do Direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

STRACK, R.; LOGUÉRCIO, R.; DEL PINO, J. C. Percepções de professores de ensino superior sobre a literatura de divulgação científica. *Ciência & Educação*, Bauru, SP, v. 15, n. 2, p. 425-42, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132009000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132009000200012)>. Acesso em: 2 jun. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. Divulgação de resultados com expressão da função social do pesquisador. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 24, n. 1, p. 11-35, jan./jun. 2001.

VALÉRIO, Marcelo; BAZZO, Walter Antonio. O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación*, n. 7, set./dez. 2006.

ZANDONÁ, Mauricio. O reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas à luz das categorias críticas do direito. *Revista Direitos Culturais*, n. 13, dez. 2012. Disponível em: <<http://livros-e-revistas.vlex.com.br/vid/dico-homoafetivas-categorias-cra-ticas-439496286>>.